

Diário Oficial

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Administração do Exmo. Sr. Governador Robinson Faria

ANO 83 • NÚMERO: 13.664 NATAL, 20 DE ABRIL DE 2016 • QUARTA-FEIRA

ATA DA SEXAGÉSIMA QUARTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - BIÊNIO 2016-2018

Aos quinze dias do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis, às nove horas, na sala de reuniões no anexo I da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte, localizado na Avenida Senador Salgado Filho, 2868, bairro de Lagoa Nova, Nata-RN, Cep. 59.075-000, presentes os membros natos: Dra. Renata Alves Maia, Defensora Pública Geral do Estado, Dr. Marcus Vinicius Soares Alves, Subdefensor Público Geral do Estado, Dr. José Wilde Matoso Freire, Corregedor Geral da Defensoria Pública do Estado, e os membros eleitos, Dra. Cláudia Carvalho Queiroz, Defensora Pública; Dra. Érika Karina Patrício de Souza, Defensora Pública; Dra. Suyane Iasnaya Bezerra de Góis, Defensora Pública, Dra. Joana D'arc de Almeida Bezerra Carvalho, Defensora Pública; Dra. Fabíola Lucena Maia, Defensora Pública. Ausente o representante da ADPERN. Havendo quórum, foi declarada aberta a sessão. Aberta a sessão, passou-se a apreciação dos seguintes feitos: **1) Processo de n. 50823/2016-1.** Assunto: Solicitação de Providências. Interessado: José Wilde Matoso Freire Junior. **Deliberação:** o colegiado, à unanimidade, reconheceu a necessidade de excluir da lista final dos aprovados no I Concurso de Defensor Público do Estado do Rio Grande do Norte os candidatos que participaram do certame por força de decisão judicial, mas que, ao final, não obtiveram provimento jurisdicional favorável definitivamente. Entendeu, ainda, à unanimidade, que a atribuição para a retificação da homologação final do referido certame recai sobre a Defensora Pública Geral. Em razão disso, deliberou no sentido de remeter os autos ao gabinete da Defensora Pública Geral com essa finalidade. **2) Processo de n. 64969/2016-1.** Assunto: Solicitação de Calendário Único para inscrição das Coordenações. Interessado: Felipe de Albuquerque Rodrigues Pereira e outros. **Deliberação:** o colegiado, à unanimidade, acolheu a propositura do interessado no sentido de unificar as datas de início e término dos mandatos das coordenações dos núcleos especializados, estendendo essa mesma normatização para as coordenações dos núcleos sede. Em razão disso, deliberou pela aprovação das Resoluções n.º 128/2016 e 129/2016, as quais passam a regular inteiramente as designações e atribuições de todas as coordenações de núcleos no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte cujos conteúdos seguem nos anexos I e II desta, revogando-se as Resoluções CSDP/RN de n. 67, de 25 de abril de 2014, de n. 68, de 05 de maio de 2014, de n. 107, de 28 de agosto de 2015, e de n. 113, de 23 de outubro de 2015. Nada mais havendo, eu, Marcus Vinicius Soares Alves, digitei e assinei, juntamente com os demais membros do Colegiado.

RENATA ALVES MAIA
Presidente do Conselho

MARCUS VINICIUS SOARES ALVES
Membro nato

JOSÉ WILDE MATOSO FREIRE JUNIOR
Membro nato

CLÁUDIA CARVALHO QUEIROZ
Membro eleito

ÉRIKA KARINA PATRÍCIO DE SOUZA
Membro eleito

SUYANE IASNAYA BEZERRA DE GOIS SALDANHA

Membro eleito

FABÍOLA LUCENA MAIA

Membro eleito

ANEXO I DA ATA DA SEXAGÉSIMA QUARTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA

RESOLUÇÃO N° 128/2016, de 15 de abril de 2016.

Dispõe sobre a criação de Núcleos Especializados de Atuação da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte e regulamenta a forma de escolha e as atribuições dos respectivos coordenadores, revogando as Resoluções CSDP/RN de n. 68, de 05 de maio de 2014 e de n. 113, de 23 de outubro de 2015.

O CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, órgão de Administração Superior, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 251, de 07 de julho de 2003 e art. 102 da Lei complementar Federal nº 80, de 12 de janeiro de 1994, CONSIDERANDO o poder normativo do Conselho Superior no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte, na forma do que preconiza o art. 12, inciso I, da Lei Complementar Estadual de n. 251/2003;

CONSIDERANDO que compete ao Estado, através da Defensoria Pública, a prestação de assistência jurídica integral e gratuita à população juridicamente necessitada e que esta defesa qualificada e especializada se caracteriza como indispensável ao pleno exercício da cidadania;

CONSIDERANDO as funções institucionais de exercer a defesa dos interesses individuais e coletivos de grupos sociais vulneráveis que mereçam proteção especial do Estado;

CONSIDERANDO a necessidade de aprimorar a distribuição de atribuições entre os órgãos de atuação da Defensoria Pública, especializando suas atuações como forma de garantir aos hipossuficientes uma defesa técnica qualificada;

CONSIDERANDO que cabe ao Conselho Superior da Defensoria Pública a criação e normatização dos núcleos especializados, definindo duas atribuições (art. 102, § 1º., da Lei Complementar Federal de n. 80/94 e art. 6º, inciso I, da Lei Complementar Estadual de n. 251/2003).

CONSIDERANDO a necessidade de unificação das regras disciplinadas nas resoluções CSDP/RN de n. 68, de 05 de maio de 2014 e de n. 113, de 23 de outubro de 2015.

RESOLVE:

Art. 1º. Os Núcleos Especializados da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte são órgãos de atuação com função institucional de promoção de assistência jurídica especializada, de acordo com as áreas que integram o ordenamento jurídico pátrio ou com a natureza da atuação, guardando pertinência e relevância com as atribuições institucionais da Defensoria Pública, notadamente a extrajudicial.

Art. 2º. Ficam criados, na forma estabelecida pelo art. 102, § 1º, da Lei Complementar Federal de n. 80/94 e art. 6º, inciso I, da Lei Complementar Estadual de n. 251/2003, os seguintes Núcleos Especializados da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte, os quais podem ser integrados por Defensores Públicos que exerçam suas atribuições funcionais nas áreas de atuação abaixo indicadas:

Núcleo Especializado	Núcleo-sede	Área de atuação dos Defensores Públicos que podem coordenar o Núcleo
Núcleo Especializado de Defesa Criminal – NUDECRIM	Natal Mossoró Parnamirim	Criminal
Núcleo Especializado de Execução Penal – NUPEP	Natal	Criminal
Núcleo Especializado do Tribunal do Júri – NUJUR	Natal	Criminal
Núcleo Especializado de Assistência aos Presos Provisórios e seus Familiares – NUAP	Natal	Criminal
Núcleo Especializado de Atendimento à Pessoa Idosa e à Pessoa Portadora de Deficiência – NEAPI	Natal	Cível/Criminal
Núcleo Especializado de Defesa dos Direitos Humanos e da Promoção da Inclusão Social – NUDEDH	Natal	Cível/Criminal
Núcleo Especializado de Defesa da Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar – NUDEM	Natal Mossoró Parnamirim	Cível/Criminal
Núcleo Especializado de Educação em Direitos – NUED	Natal	Cível/Criminal
Núcleo Especializado de Projetos Institucionais – NUPI	Natal	Cível/Criminal
Núcleo Especializado de Defesa da Criança e do Adolescente – NUDECA	Natal	Cível/Criminal
Núcleo Especializado de Defesa Criminal em Segunda Instância – NUCRISI	Natal	Criminal
Núcleo Especializado dos Juizados Especiais Criminais – NUJECRIM	Natal	Criminal
Núcleo Especializado de Gestão do Primeiro Atendimento Cível – NUPAC	Natal	Cível

	Mossoró	
Núcleo Especializado de Gestão do Primeiro Atendimento – NUPA	Parnamirim Ceará Mirim	Criminal/Cível
Núcleo Especializado de Mediação e Justiça Comunitária – NUJUC	Natal	Cível
Núcleo Especializado de Acompanhamento Processual Cível – NUCIV	Natal	Cível
Núcleo Especializado de Defesa do Consumidor e Tutelas Coletivas – NUDECON	Natal	Cível
Núcleo Especializado de Atendimento aos Usuários de Substâncias Entorpecentes e seus Familiares – NUSEF	Natal	Criminal
Núcleo Especializado de Demandas da Saúde – NUDESA	Natal	Cível
Núcleo Especializado de Defesa Cível em Segunda Instância e Tribunais Superiores – NUCISI	Natal	Cível
Núcleo Especializado de Defesa dos Grupos Sociais Vulneráveis – NUDEV	Natal	Cível/Criminal

Art. 3º. As Coordenações dos Núcleos Especializados serão exercidas por Defensores Públicos estáveis na carreira, que estejam lotados em órgãos de execução com atribuições nas áreas de atuação indicadas no art. 2º, sendo escolhidos pelo Conselho Superior da Defensoria Pública e designados pelo Defensor Público Geral do Estado, na forma da Lei Complementar Estadual de n. 510/2014.

§ 1º. O mandato do Coordenador do Núcleo Especializado será de dois anos, com início no dia 01 de julho de um ano e término no dia 30 de junho do segundo ano subsequente.

§ 2º. O Presidente do Conselho Superior, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, abrirá inscrição para seleção pública do novo Coordenador.

§ 3º. A recondução será permitida sempre que não houver outros Defensores Públicos inscritos que integrem a mesma Categoria na carreira e que possuam atuação nas áreas indicadas no art. 2º. desta resolução, ou quando se tratar de candidato único.

§ 4º. Se, dentre os Defensores Públicos inscritos, mais de um possuir atribuições no órgão de execução na área de atuação do Núcleo Especializado, preferir-se-á aquele que possuir atribuições em órgão de execução com maior compatibilidade com as atribuições do Núcleo Especializado, e, como terceiro critério de desempate,

aquele que estiver melhor posicionado na lista de antiguidade, não tendo preferência o que já tiver ocupado a função em período imediatamente anterior;

§ 5º. Não poderá concorrer à Coordenação o Defensor Público cujas atribuições funcionais como órgão de execução sejam incompatíveis com as atribuições inerentes ao Núcleo Especializado como órgão de atuação institucional;

§ 6º. Os Defensores Públicos não estáveis na carreira poderão concorrer, quando não existirem Defensores Públicos estáveis regularmente inscritos.

§ 7º. O Defensor Público que concorrer para a Coordenação de um Núcleo Especializado não poderá, após ser escolhido pelo Conselho Superior, permutar com o Coordenador de outro Núcleo.

Art. 4º. Os interessados deverão se inscrever junto ao Conselho Superior, indicando, no respectivo pedido, o Núcleo Especializado que pretende coordenar, informando, ainda, caso se inscreva para mais de um Núcleo, qual a sua ordem de preferência.

§ 1º. Da escolha realizada pelo Conselho Superior, caberá recurso, ao Presidente do Conselho Superior, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da publicação do resultado no Diário Oficial do Estado.

§ 2º. Ulтимado o processo seletivo e decididas as impugnações formuladas, o Defensor Público Geral publicará, no Diário Oficial, portaria de designação do Defensor Público escolhido para o exercício da coordenação, indicando o período de mandato, na forma do art. 3º., § 1º., desta resolução.

Art. 5º. A atuação do Núcleo Especializado será de auxílio ao Defensor Natural, excepcionando-se os casos em que não haja previsão de órgão de execução com atribuições específicas. Parágrafo único. Na hipótese de encaminhamento de demanda por órgão de atuação ou de execução da Defensoria Pública, o Coordenador do Núcleo Especializado deverá analisar a pertinência da atuação privativa, zelando prioritariamente pela atuação integrada com o órgão atuação ou de execução que fez o encaminhamento, tendo em vista a garantia dos assistidos da Defensoria Pública do patrocínio de seus direitos e interesses pelo Defensor natural, devendo eventuais conflitos serem dirimidos pelo Defensor Público Geral do Estado, no prazo máximo de 10 (dez) dias.

Art. 6º. Nos casos de renúncia e/ou destituição da função de Coordenador, haverá abertura de novo processo seletivo.

§ 1º. A renúncia à função pode ser feita, a qualquer tempo, pelo Coordenador com mandato em curso, inclusive por motivos pessoais.

§ 2º. Ensejarão a destituição da função de Coordenador do Núcleo Especializado:

I - a ausência da entrega dos relatórios das atividades exercidas, na forma e prazo determinados por esta Resolução;

II - o não atendimento das atribuições administrativas que lhe são conferidas pelas normas institucionais vigentes, ou por ato do Defensor Público Geral do Estado por delegação, cujas faltas sejam apuradas mediante processo administrativo regular;

III - a recusa em participar de reuniões, audiências públicas, comissões temáticas ou atos de representação da Defensoria Pública do Estado, cujas faltas sejam apuradas mediante processo administrativo regular;

§ 3º. No caso de vacância, será aberto novo processo seletivo para mandato pelo período remanescente à conclusão dos dois anos, assegurando-se ao que exercer o mandato neste período, por tempo igual ou inferior a um ano, o de concorrer para o mandato subsequente em igualdade de condições com os demais, sem incidência da vedação prevista no art. 3º., desta.

Art. 7º. São atribuições dos Núcleos Especializados da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte, sem prejuízo das estabelecidas em regulamentação específica:

I - realizar e estimular a integração e o intercâmbio permanente entre os demais órgãos de atuação e/ou execução da Defensoria Pública, objetivando a unificação de procedimentos, o aprimoramento das atribuições institucionais e a uniformidade dos entendimentos ou teses jurídicas, respeitada a independência funcional dos membros da Instituição;

II - promover a solução extrajudicial dos litígios, firmando termos de transação com força de título executivo extrajudicial;

III - prestar atendimento interdisciplinar, por meio de órgãos ou de servidores das carreiras de apoio para o exercício de suas atribuições;

IV - exercer a defesa dos direitos individuais e coletivos dos grupos sociais vulneráveis da área de atuação do Núcleo Especializado;

V - editar súmulas/enunciados, na área de atuação do Núcleo, sem caráter normativo ou vinculante, tendentes à melhoria dos serviços prestados pela Defensoria Pública;

VI - acompanhar as políticas públicas nacionais, estaduais e municipais afetas à área de atuação do Núcleo;

VII - prestar auxílio aos demais órgãos de atuação e/ou execução da Defensoria Pública no desenvolvimento de suas atividades funcionais;

VIII - estabelecer intercâmbio permanente com entidades, órgãos públicos ou privados que atuem na área de especialização do Núcleo, para prestar atendimento e orientação, bem como para obtenção de elementos técnicos especializados necessários ao desempenho de suas funções;

IX - manter arquivo atualizado de petições, jurisprudência e doutrina, bem como banco de dados de peças e de dados estatísticos, disponibilizando-o para consulta por todos os Defensores Públicos;

X - desenvolver estudos e pesquisas, criando ou sugerindo a criação de grupos e comissões de trabalho;

XI - difundir as atividades desenvolvidas pelo Núcleo, tornando pleno o exercício da cidadania, elaborando o material informativo necessário para tal;

XII - responder a consultas técnica formuladas pelos órgãos de Administração Superior ou de execução da Defensoria Pública do Estado;

XIII - participar e realizar audiências públicas dentro da esfera de competência do Núcleo Especializado;

XIV - obedecer às orientações técnico-jurídicas e as diretrizes institucionais fixadas pelos órgãos de Administração Superior;

XV - exercer outras funções compatíveis com as finalidades do Núcleo Especializado. § 1º. A atuação dos Núcleos Especializados independe de provocação, sendo cabível a atuação de ofício, inclusive no que se refere à instauração de procedimentos ou ajuizamento de ações.

§ 2º. Os Núcleos poderão contar com o apoio de profissionais no âmbito administrativo, bacharéis em Direito e estagiários, além do apoio de profissionais especializados nas áreas afins que integrem a equipe multidisciplinar da Defensoria Pública.

§ 3º. Verificada a existência de atribuições comuns para a defesa dos direitos coletivos violados, o Núcleo Especializado que primeiro tiver recebido a representação dará ciência aos demais Núcleos com atribuições comum, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, para efeito de análise de possibilidade de atuação conjunta ou não.

Art. 8º. Os Coordenadores dos Núcleos Especializados da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte cumularão as atividades de gestão com as dos seus cargos naturais, competindo-lhes:

I - apresentar ao Defensor Público-Geral propostas e sugestões para:

a) elaboração da política institucional e funcionamento das unidades de atendimento da Defensoria Pública do Estado, na sua respectiva área de atuação;

b) alterações legislativas ou edição de normas sobre a matéria afeta à sua atuação;

c) realização de projetos e convênios, zelando pelo seu cumprimento;

d) organização de cursos, seminários, palestras e outros eventos;

e) elaboração do planejamento estratégico da sua respectiva área, em sintonia com os órgãos da Administração Superior.

II - responder pela execução dos planos e programas institucionais da área de atuação do Núcleo Especializado, em conformidade com as diretrizes fixadas pela Administração Superior;

III - receber representações e expedientes, encaminhando-os aos respectivos órgãos de execução;

IV - remeter, semestralmente, até o décimo dia do mês subsequente ao encerramento do semestre, ao Corregedor Geral da Defensoria Pública, relatório das atividades afetas às atribuições fixadas nesta Resolução e no Regimento Interno do Núcleo Especializado regularmente aprovado pelo Conselho Superior da Defensoria Pública;

V - gerenciar o banco de dados atualizado de legislação, doutrina e jurisprudência sobre a matéria concernente à área de atuação do Núcleo Especializado;

VI - manter banco de dados atualizado das portarias de designações e de instauração de procedimentos pelos órgãos de execução que integrem o Núcleo Especializado, bem como, facultativamente, de outras peças consideradas relevantes;

VII - promover, de ofício ou a pedido dos órgãos de execução da Defensoria Pública do Estado ou da Administração Superior, pesquisas sobre questões complexas ou controvertidas, suscitadas no âmbito de sua atuação, bem como fornecer subsídios para a elucidação de questionamentos que lhes forem formulados;

VIII - representar a Defensoria Pública do Estado nos órgãos afins perante os quais tenha assento, mediante designação do Defensor Público Geral do Estado;

IX - manter permanente contato com o Poder Legislativo em âmbito Federal, Estadual e Municipal, inclusive acompanhando o trabalho das comissões técnicas encarregadas do exame de projetos de lei afetos à área do Núcleo;

X - envidar esforços para proporcionar contato e intercâmbio com entidades públicas ou privadas que, direta ou indiretamente, dediquem-se ao estudo ou à proteção dos bens, valores ou interesses que lhe incumbem defender;

XI - providenciar, perante a Administração Superior, o aparelhamento do Núcleo com os recursos materiais e humanos indispensáveis ao regular exercício de suas atribuições;

XII - organizar seminários, estudos, oficinas de trabalho e outros eventos, visando à capacitação dos membros da Defensoria Pública;

XIII - elaborar, em conjunto com os demais integrantes do Núcleo Especializado, instruções e atos, sem caráter vinculativo, a serem encaminhados aos órgãos de execução da Defensoria Pública com atribuições nas suas áreas de abrangência;

XIV - preparar, isoladamente ou em conjunto com os demais integrantes do Núcleo, material informativo para divulgação das atividades desenvolvidas pelo Núcleo Especializado;

XV - apresentar proposta de modificação do Regimento Interno do Núcleo Especializado, a qual deverá ser submetida à aprovação do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado;

XVI - coordenar grupos de estudos na área de atuação do Núcleo Especializado;

XVII - convocar, se necessário, as reuniões ordinárias e extraordinárias, solicitando ao Gabinete do Defensor Público Geral do Estado a publicação no órgão de imprensa oficial;

XVIII - zelar pelos registros das reuniões realizadas, registros dos bens tombados que se localizarem no referido Núcleo, bem como dos procedimentos adotados no âmbito das atribuições deste;

XIX - encaminhar aos Coordenadores dos Núcleos Sede da Defensoria Pública solicitações de aquisição de bens e/ou contratação de serviços para aprimoramento dos Núcleos Especializados;

XX - coordenar e fiscalizar a atuação dos servidores que integram o quadro administrativo que exerça suas funções no referido Núcleo Especializado, zelando pela assiduidade, pontualidade, eficiência e qualificação da atividade funcional desenvolvida.

XXI - cumprir as designações do Defensor Público Geral do Estado para fins de representação dos interesses institucionais ou para exercer outras atribuições que lhe sejam por ele delegadas, desde que inerentes às atribuições do Núcleo Especializado.

XXII - exercer as atividades fins do Núcleo Especializado que coordena, caso não exista Defensor natural ou substituto legal vinculado ao Núcleo ou com atribuições funcionais específicas na área.

XXIII – realizar a distribuição equitativa dos processos entre os Defensores Públicos que exerçam atribuições funcionais nos Núcleos Especializados, observando-se os seguintes critérios: tipo de demanda, listagem alfabética dos membros, dia e hora do atendimento do assistido, cujos dados deverão constar na tabela de distribuição para consulta dos interessados;

XXIV – remeter, ao término da distribuição ou ao término de cada semana, por memorando ou meio eletrônico, a lista de processos distribuídos para os Defensores Públicos que exerçam atribuições funcionais nos Núcleos Especializados.

Parágrafo único. No caso do inciso XV deste dispositivo, se a proposta de alteração do Regimento Interno do Núcleo Especializado implicar em modificação de atribuições que afetem outro órgão de atuação ou de execução, estes deverão ter a oportunidade de exercer o contraditório no prazo de 10 (dez) dias, a contar do dia seguinte à notificação do Coordenador.

Art. 9º. O Coordenador do Núcleo Especializado poderá indicar, com antecedência de mínima de 05 (cinco)

dias, um dos membros da Defensoria Pública que atuem no respectivo Núcleo para substituí-lo, em caso de impedimento, licença ou férias, que será designado pelo Defensor Público Geral, função delegada por esta Resolução.

Art. 10. Como forma de primar pela transparência na atuação pública, cada Núcleo Especializado elaborará Relatório de Atividades, em meio físico e eletrônico, no qual deverão ser descritas, em itens próprios, e de forma cronológica, todas as atividades realizadas nas seguintes áreas:

I - representação institucional;

II - palestras e eventos;

III - participação em cursos de capacitação;

IV - participação em conselhos, comitês e comissões;

V - orientações e resposta de consultas formuladas pelos órgãos de execução e de Administração Superior;

VI - andamento e ajuizamento de procedimentos judiciais;

VII - andamento e ajuizamento de procedimentos administrativos;

VIII - atuação extrajudicial;

IX – mutirões de atendimento ao público ou de análise de processos judiciais;

X - audiências públicas convocadas;

XI - reuniões com a sociedade civil;

XII - diligências externas.

Art. 11. Os casos omissos serão dirimidos pelo Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 12. A norma prevista no art. 3º, § 1º, terá aplicação imediata, ficando os atuais mandatos dos Coordenadores dos Núcleos Especializados prorrogados até 30 de junho de 2016.

Art. 13. Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 14. Revogam-se as Resoluções CSDP/RN de n. 68, de 05 de maio de 2014, de n. 107, de 28 de agosto de 2015, e de n. 113, de 23 de outubro de 2015.

Natal, 15 de abril de 2016.

Renata Alves Maia

Defensora Pública Geral do Estado
Presidente do CSDP

Marcus Vinicius Soares Alves

Subdefensor Público Geral do Estado
Membro nato

José Wilde Matoso Freire Junior

Corregedor Geral da Defensoria Pública do Estado
Membro nato

Cláudia Carvalho Queiroz
Defensora Pública do Estado
Membro eleito

Érika Karina Patrício de Sousa
Defensora Pública do Estado
Membro eleito

Suyane Iasnaya Bezerra de Góis
Defensora Pública do Estado
Membro eleito

Joana D`arc de Almeida Bezerra Carvalho
Defensora Pública do Estado
Membro eleito

Fabiola Lucena Maia Amorim
Defensora Pública do Estado
Membro eleito suplente

ANEXO II DA ATA DA SEXAGÉSIMA QUARTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA

RESOLUÇÃO N° 129/2016, de 15 de abril de 2016.

Dispõe sobre a criação de Núcleos Sede da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte e regulamenta a forma de escolha e as atribuições dos respectivos coordenadores, revogando a Resolução CSDP/RN de n. 67, de 05 de maio de 2014, e estabelece outras providências.

O CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, órgão de Administração Superior, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 251, de 07 de julho de 2003 e art. 102 da Lei complementar Federal nº 80, de 12 de janeiro de 1994,

CONSIDERANDO o poder normativo do Conselho Superior no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte, na forma do que preconiza o art. 12, inciso I, da Lei Complementar Estadual de n. 251/2003;

CONSIDERANDO o estabelecido na Lei Complementar Estadual de n. 510/2014, bem como a competência atribuída ao Conselho Superior da Defensoria Pública para regulamentar as atribuições dos órgãos de execução da instituição;

RESOLVE:

Art. 1º. Os Núcleos Sede da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte são órgãos de execução com

função institucional, coordenação e auxílio aos Defensores Públicos lotados nas diversas sedes da Defensoria Pública.

Art.2º. As Coordenações dos Núcleos Sede serão exercidas por Defensores Públicos estáveis na carreira, que estejam lotados no respectivo Núcleo e que componham, preferencialmente, a categoria mais elevada, sendo escolhidos pelo Conselho Superior da Defensoria Pública e designados pelo Defensor Público Geral do Estado, na forma da Lei Complementar Estadual de n. 510/2014.

§ 1º. O mandato do Coordenador do Núcleo Sede será de dois anos, com início no dia 01 de julho de um ano e término no dia 30 de junho do segundo ano subsequente.

§ 2º. O Presidente do Conselho Superior, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, abrirá inscrição para seleção pública do novo Coordenador.

§ 3º. A recondução será permitida sempre que não houver outros Defensores Públicos inscritos que integrem a mesma Categoria na carreira e que possuam atuação nas áreas indicadas no art. 2º. desta resolução, ou quando se tratar de candidato único.

§ 4º. Se, dentre os Defensores Públicos inscritos, mais de um compuser a categoria mais elevada da carreira, observar-se-á a ordem da lista de antiguidade, não tendo preferência aquele que já tiver ocupado a função anteriormente.

§ 5º. Os Defensores Públicos não estáveis na carreira poderão concorrer, quando não existirem Defensores Públicos estáveis regularmente inscritos.

Art.3º. Os Núcleos sede da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte são:

I. Núcleo Sede Natal Zona Leste;

II. Núcleo Sede Natal Zona Sul;

III. Núcleo Sede Natal Zona Norte;

IV. Núcleo Sede Natal Zona Oeste;

V. Núcleo Sede Parnamirim;

VI. Núcleo Sede Ceará Mirim;

VII. Núcleo Sede Pau dos Ferros;

VIII. Núcleo Sede Mossoró;

IX. Núcleo Sede de Assu;

X. Núcleo Sede Nova Cruz;

XI. Núcleo Sede de Nísia Floresta;

XII. Núcleo Sede Caicó.

Art.4º. O Defensor Público Geral do Estado, no prazo de 60 (sessenta) dias antes do término dos mandatos dos Coordenadores dos Núcleos Sede, abrirá inscrição, mediante edital, para seleção dos novos coordenadores.

Art.5º. Os interessados deverão se inscrever junto ao Conselho Superior, no prazo estabelecido no edital a ser publicado pelo Defensor Público Geral do Estado, indicando no respectivo pedido o Núcleo almejado caso haja atuação em mais de um Núcleo.

§ 1º. Caso o interessado se inscreva para mais de um Núcleo Sede, deverá indicar a ordem de preferência.

§ 2º. Da escolha realizada pelo Conselho Superior, caberá recurso, dirigido ao Presidente do colegiado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da publicação do resultado no Diário Oficial do Estado.

§ 3º. Ultrapassado o processo seletivo e decididas as impugnações formuladas, o Defensor Público Geral publicará, no Diário Oficial, portaria de designação do Defensor Público escolhido para o exercício da coordenação, indicando o período de mandato, na forma do art. 3º., § 1º., desta resolução.

Art. 6º. São casos de renúncia e/ou destituição da função e abertura de novo processo seletivo:

I. A renúncia a função a qualquer tempo pelo Coordenador com mandato em curso, inclusive por motivos pessoais.

II. A ausência da entrega dos relatórios das atividades exercidas, na forma e prazo determinados pela resolução específica ensejará a destituição do cargo de Coordenador do Núcleo Sede.

III. O não atendimento das atribuições administrativas que lhe são conferidas por esta resolução ou por ato do Defensor Público Geral do Estado, por delegação, cujas faltas serão apuradas mediante processo administrativo regular.

IV. A recusa em participar de reuniões, audiências públicas, comissões temáticas ou atos de representação da Defensoria Pública do Estado, cujas faltas sejam apuradas mediante processo administrativo regular.

Parágrafo único. No caso de vacância, será aberto novo processo seletivo para mandato pelo período remanescente à conclusão dos dois anos, assegurando-se ao que exercer o mandato neste período, por tempo igual ou inferior a um ano, o de concorrer para o mandato subsequente em igualdade de condições com os demais, sem incidência da vedação prevista no § 1º. e 2º., do art. 2º., desta.

Art. 7º. Os coordenadores dos Núcleos Sede cumularão as atividades de gestão com as das suas atribuições ordinárias inerentes ao órgão de execução do qual seja titular, competindo-lhes:

I. gerenciar, sendo auxiliado, quando possível e necessário, por outros defensores designados pelo Defensor Geral do Estado, a estrutura necessária ao funcionamento dos respectivos Núcleos sede;

II. proceder à coordenação administrativa dos trabalhos desenvolvidos, inclusive atuando para assegurar as prerrogativas dos membros da instituição junto aos Fóruns e demais órgãos englobados pelo respectivo Núcleo Sede;

III. realizar e estimular o intercâmbio permanente entre os Defensores Públicos integrantes do Núcleo sede respectivo, objetivando o aprimoramento das atribuições institucionais e a uniformidade dos entendimentos;

IV. provocar o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado ao exercício do seu poder normativo, inclusive a fim de dirimir dúvida ou conflito, positivo ou negativo, de atribuições entre os coordenadores;

V. convocar, se necessário, as reuniões ordinárias e extraordinárias, solicitando ao Gabinete do Defensor Público Geral do Estado a publicação no órgão de imprensa oficial;

VI. elaborar e enviar ao Corregedor Geral da Defensoria Pública, semestralmente, relatórios das atividades do núcleo, enumerando os procedimentos administrativos arquivados, sob pena de destituição da função de coordenação;

VII. zelar pelos registros das reuniões realizadas, registros dos bens tombados que se localizarem no referido Núcleo Sede, bem como dos procedimentos adotados no âmbito das atribuições do Núcleo;

VIII. zelar pelo cumprimento dos planos de metas da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte;

IX. envidar esforços para padronização de modelos para serem utilizados pelos órgãos de execução, respeitada a autonomia funcional de cada membro;

X. analisar as solicitações dos Defensores Públicos que integram o Núcleo Sede quanto à aquisição de bens, serviços ou designação de servidores e que visem a melhoria da estrutura funcional, providenciando os requerimentos necessários perante a Administração Superior;

XI. cumprir as designações do Defensor Público Geral do Estado para fins de representação dos interesses institucionais ou para exercer outras atribuições que lhe sejam por ele delegadas, desde que inerentes à estruturação do Núcleo Sede;

XII. coordenar e fiscalizar a atuação dos servidores que integram o quadro administrativo que exerça suas funções no referido Núcleo Sede, zelando pela assiduidade, pontualidade, eficiência e qualificação da atividade funcional desenvolvida;

XIII. distribuir, entre os Defensores que integram o respectivo Núcleo, os processos oriundos das extintas Comarcas assistidas, na forma da Resolução de n. 47/2013

Parágrafo único. No caso da atribuição prevista no inciso XIII do presente artigo, no Núcleo de Natal, a distribuição será feita pelo Coordenador do Núcleo Sede da Zona Leste.

Art. 8º. O Coordenador do Núcleo Sede poderá indicar um dos membros da Defensoria Pública que atuem no respectivo Núcleo Sede para substituí-lo em caso de impedimento, licença ou férias, que será designado pelo Defensor Público Geral, função delegada por esta resolução.

Art. 9º. A norma prevista no art. 2º., § 1º., terá aplicação imediata, ficando os atuais mandatos dos Coordenadores dos Núcleos Sede prorrogados até 30 de junho de 2016.

Art. 10. Revoga-se a Resolução CSDP/RN de n. 67, de 25 de abril de 2014.
Natal (RN), 15 de abril de 2016.

Renata Alves Maia

Defensora Pública Geral do Estado
Presidente do CSDP

Marcus Vinicius Soares Alves

Subdefensor Público Geral do Estado
Membro nato

José Wilde Matoso Freire Junior

Corregedor Geral da Defensoria Pública do Estado
Membro nato

Cláudia Carvalho Queiroz

Defensora Pública do Estado
Membro eleito

Érika Karina Patrício de Sousa

Defensora Pública do Estado
Membro eleito

Suyane Iasnaya Bezerra de Góis

Defensora Pública do Estado
Membro eleito

Joana D`arc de Almeida Bezerra Carvalho

Defensora Pública do Estado
Membro eleito

Fabiola Lucena Maia Amorim

Defensora Pública do Estado

***Republicada por incorreção**